



MOÇAMBIQUE

Jornal do Governo

GABINETE DE INFORMAÇÃO

ANO II - Nº 0052
SEMANAL

Directora - Tónia Macúcuca | Editor - Mendes José | 07 de Maio 2014 | Distribuição Gratuita

PR Guebuza insta jovens a servir a pátria, única pertença



• pag's 2 e 3

Mocuba passa à zona económica especial



• pag 4 e 5

Governo preocupado com a qualidade do ensino superior em Moçambique



• pag 6

Filipe Nyusi rende homenagem às vítimas do massacre de Homoine



• pag 8

PR Guebuza insta jovens a servir a pátria, única pertença

Por : Brigida da Cruz Henrique/Moçambique

O Presidente da República, Armando Guebuza, instou o primeiro grupo de recém-formados Prestadores do Serviço Cívico, composto por jovens dos 18 aos 35 anos de idade, cuja missão é prestar actividades sociais, em resposta aos desafios e dinâmica do desenvolvimento do país, “para servirem a pátria, a única no mundo que é vossa”. Os finalistas do Comando do Serviço Cívico de Moçambique, por sua vez, parafraseando uma canção revolucionária do tempo de Luta de Libertação Nacional, perante o Chefe do Estado, quadros do Ministério da Defesa Nacional e seus familiares “juramos combater a pobreza, custe o que custar...”.

O Comando do Serviço Cívico de Moçambique, que se situa no bairro da Machava, no Município de Matola, viveu momentos de festa a 25 de Abril findo. Mastros representando as cores da Bandeira Nacional eram hasteados no interior e arredores das instalações, enquanto isso, populares e viaturas entravam no recinto daquele comando.

Embora ainda em construção, era notável o trabalho de limpeza, que caracteriza qualquer escola militar, feito pelos finalistas concentrados em grupos, que terminavam os ensaios das demonstrações que seriam feitas no campo que acolheu a cerimónia.

Tratava-se de celebrar o fim de curso de



Presidente da República, Armando Guebuza

mil jovens oriundos de todo o país, que a partir do Centro de Instrução Básica de Montepuez, em Cabo Delgado, foram seleccionados para compor o primeiro grupo de Prestadores do Serviço Cívico de Moçambique, que se pretende que desenvolvam uma cidadania baseada nos pilares da moçambicanidade, com destaque para a unidade nacional, patriotismo, auto-estima, espírito de sacrifício e solidariedade entre os moçambicanos.

“Valores assentes na história que nos fez, que fizemos, que estamos a fazer e nos levaram à vitória sobre a dominação estrangeira e que nos

conferiram capacidades necessárias para resistirmos e triunfarmos face às conspirações que se opunham à nossa marcha”, avançou o Presidente da República.

Ser Prestador do Serviço Cívico significa estar predisposto para servir a população moçambicana, pois trata-se de uma tarefa nobre que requer sacrifício e humildade para, continuamente, aprender das experiências dos outros. Por isso, é imprescindível que o Comando do Serviço Cívico de Moçambique cultive a ética do dever com a pátria moçambicana, promover a responsabilidade de bem-servir à população e incutir nela o orgulho pela História e desta fazer parte.

Servidor deve introduzir tecnologias agrárias para aumentar produtividade

O Prestador do Serviço Cívico deve ser capaz de despertar o talento e o engenho das nossas comunidades para um maior aproveitamento dos recursos à sua volta para a superação dos desafios que a pobreza ainda nos impõe, introduzindo tecnologias agrárias para o aumento da produtividade, programas de reabilitação e construção de infra-estruturas, usando recursos locais,



Cont. na pág 3

assegurar o saneamento do meio para a prevenção de doenças, promover a saúde da mulher e da criança, bem como participar em programas de apoio às iniciativas “Um aluno, uma planta” e “Um líder, uma floresta”, detalhou o Chefe do Estado.

Para a formação, o Comando de Prestadores do Serviço Público de Moçambique identificou várias áreas, nas quais os prestadores poderão se formar nas Escolas Agrárias de Unango, na província de Niassa, de Chókwe, na província de Gaza e ainda agrária de Tsangano e no Centro de Formação de Chingodze, na província de Tete.

De acordo com Armando Guebuza, Comandante em Chefe das Forças Armadas de Defesa de Moçambique, “com o primeiro grupo de Prestadores do Serviço Cívico abre-se uma nova página no longo caminho da vida, um caminho salpicado de desafios e recheado de aprendizagens. As acções de formação, de natureza profissional, em que serão submetidos, tais como a agricultura, pecuária, serralharia, carpintaria, mecânica e piscicultura visam elevar a vossa capacidade de servir a pátria moçambicana, a única pátria no mundo que é vossa”.

“Os Prestadores do Serviço Cívico vão igualmente prestar apoio humanitário, resgatar os afectados por calamidades naturais, na alfabetização e educação de adultos, para erradicar o analfabetismo, entre outras. A entrada em funcionamento do Serviço Cívico de Moçambique poderá suprir o actual défice de contratação de alfabetizadores”, esclarecia Filipe Nyusi, em 2012, na altura, Ministro da Defesa Nacional e actual candidato à Presidência da República de Moçambique, acrescentando que “o Serviço Cívico de Moçambique vai formar jovens que vão apoiar em várias áreas sociais”.

Como salientara Filipe Nyusi, o Serviço Cívico de Moçambique constitui em si um processo de ensino e aprendizagem, onde o jovem aprende a saber-ser, saber-estar, saber-fazer e a conviver com cidadãos de diferentes



Encerramento de um dos cursos de instrução militar em Munguine

origens, promovendo e assimilando daí valores da unidade nacional.

Como enfatizou Júlio Jane, Comandante do Serviço Cívico de Moçambique, terminado o treino básico, iniciar-se-á a formação prática e profissionalizante virada para o saber-fazer nas áreas de agro-pecuária, carpintaria, mecânica-auto, electricidade, construção, entre outras, pois “ao longo do curso foram ministradas diversas cadeiras que resultaram na transformação dos jovens, com enfoque para a educação cívico-patriótica, forjadora dos pilares da nossa moçambicanidade”.

Dirigindo-se aos Prestadores do Serviço Cívico de Moçambique, o Presidente da República, Armando Guebuza, considerou o fim daquele curso como sendo momento ímpar na vida daqueles jovens, por se igualar à passagem para novos desafios.

O acto representa a materialização de um sonho, a vontade de abraçar novos desafios patrióticos. Mais do que uma expressão de cidadania, a conclusão do curso, representa uma tomada de consciência patriótica e um exemplo que deve ser seguido por outros jovens moçambicanos.

O Prestador do Serviço Cívico é um promotor da paz e esta é um bem precioso, cuja importância transcende os interesses pessoais, para se transformar num bem colectivo, de

todo a população. Para o Presidente da República, será com a paz e em paz que se vai continuar a desenvolver Moçambique.

O Comando do Serviço Cívico de Moçambique responde os desígnios da Luta de Libertação Nacional, um processo repleto de ensinamentos, que fazem compreender que só com a convergência de sinergias poder-se-á desenvolver Moçambique.

À margem da cerimónia de encerramento do primeiro curso de Prestadores do Serviço Cívico, o Ministro da Defesa Nacional, Agostinho Mondlane, disse aos finalistas da Escola Prática do Exército de Munguine, que terminaram a sua formação semana finda, para dignificarem e valorizarem a vida e obra dos jovens de 25 de Setembro, pois, sob a sua liderança, nasceu a República de Moçambique, fruto do sacrifício e do sangue derramado por esses jovens, hoje, militares na reserva.

Cumprir o Serviço Militar é uma escola onde se aprende a unidade nacional, a solidariedade, a auto-disciplina, o espírito de sacrifício e de bem-servir, bem como socorrer o próximo. Ter disciplina militar é saber defender a pátria, auxiliar quem está em perigo, a entreaduda, entre outros aspectos e só quem jurou a bandeira observa e respeita os princípios que regem a vida humana, a vida em sociedade.

NA PROVÍNCIA DA ZAMBÉZIA

Mocuba passa à zona económica especial

Por Mavildo Pedro/ Moçambique

O distrito de Mocuba, na província da Zambézia, passa a contar com uma Zona Económica Especial (ZEE), que vai galvanizar o desenvolvimento económico na região. A área aprovada para a criação da zona económica é de 10.727km², com mais de 360 mil habitantes e apresenta solos férteis para produção agrícola, pesqueira em água doce, bem como matéria-prima para o funcionamento de indústrias. A medida tem vista explorar as potencialidades económicas da região e promover o distrito como pólo de desenvolvimento.

Trata-se de solos altamente férteis e favoráveis à produção agrícola, pesqueira em água doce, além da disponibilidade de matéria-prima para as indústrias a serem instaladas para o processamento da madeira, algodão, cereais, legumes e oleaginosas.

São cerca de 20 hectares de regadio para a produção de arroz e desenvolvimento da pecuária e turismo. Tem ainda uma subestação de energia, um complexo de indústria têxtil, daí a necessidade de se investir em infra-estruturas do Porto de Macuze, para permitir o manuseamento de grandes volumes de mercadoria.

Naquela região, pode-se extrair madeira de variadas qualidades, como Umbila, Chanfuta, Jambire, Pau-Rosa, Pau-Preto, Mbaua, Monzo, Muroto, Mucarata, Mucuata, usadas na indústria imobiliária, construção civil e para a exportação.

As potencialidades florestais e agro-industriais da região, bem como turísticas serviram de base para a eleição do distrito Mocuba, na província da Zambézia, para acolher a Zona Económica Especial (ZEE).

Na sua aparição semanal, depois do Conselho de Ministros, o porta-voz do governo, Alberto Nkutumula fez saber que ao longo dos últimos tempos, o executivo moçambicano tem desenvolvido políticas e estratégias de



Mocuba passa a figurar no mapa de zonas económicas especiais

incentivo para a implantação de empreendimentos a nível dos distritos do país, com vista a um maior desenvolvimento, sendo que a criação de zonas económicas enquadra-se neste propósito.

“O governo espera que o fomento e atracção de investimento directo nacional e estrangeiro e o incremento da produção industrial virada para a exportação crie novos postos de trabalho, aumente receitas para o erário público, facilite parcerias entre as empresas e haja o aumento de infra-estruturas sociais”, descreveu o porta-voz do governo, anotando que os investidores que se implantarem na região beneficiarão de isenções fiscais.

Zona franca industrial de Mocuba

Na mesma sessão, o Conselho de Ministros aprovou o Decreto que cria a Zona Franca Industrial de Mocuba, para dar corpo à zona económica especial. O complexo vai beneficiar de uma reabilitação e será transformado num parque industrial em regime de zona franca, para permitir a implantação de indústrias de agro-processamento, têxtil e serviços.

O empreendimento criará, de forma directa, 2000 novos postos de trabalho e, de forma indirecta, perto de 1.500 empregos para as famílias em redor.

Função Pública incrementa 12 000

No presente ano, o governo, através do Ministério da Função Pública, incrementou um total de 12000 vagas para os sectores de educação, saúde e justiça e aprovou o orçamento para as progressões e promoções.

A Ministra da Função Pública, Vitória Diogo, que falava em conferência de imprensa, disse que grande parte das vagas encontra-se nos distritos que são os pólos de desenvolvimento, onde o governo se esmera em criar condições básicas para acomodar os técnicos lá afectos.

A governante fez saber ainda que em 2013, mais de 4.397 funcionários e agentes do Estado passaram à aposentação, o que abre espaço para que ocorram, este ano, mais promoções, progressões e novos ingressos de jovens ávidos em prestar serviços no Aparelho do Estado. Entretanto, a ministra alertou que o

Cont. na pág 5

funcionário que se desliga deve juntar documentação para fixar a sua pensão de aposentação.

Estatísticas indicam terem aposentado, em 2013, um total de 2011 profissionais do Estado, dos quais, 698 foi por idade, 1093 por tempo de serviço e os restantes 220 por incapacidade.

A aposentação por níveis académicos mostra que no período em referência, 1.431 funcionários ostentam o nível básico, enquanto 1.424 são do nível elementar, 988 apresentam o nível médio e os restantes 554 possuem o nível superior.

Os desligamentos no Aparelho do Estado observaram-se, com incidência, nos sectores de defesa, polícia, indústria, comércio, educação e justiça, nas províncias de Nampula, Zambézia, Tete e Maputo-Cidade.

Outros temas aprovados:

O Decreto que altera o Valor do Índice 100 das Tabelas Indiciárias do Sistema de Carreiras e Remuneração dos Funcionários e Agentes do Estado.

Este Decreto reajusta o índice 100 em 8% para as Carreiras de Regime Geral e Funções de Direcção, Chefia e Confiança e em 13% para o grupo salarial 18 (carreiras de Médicos) do sector de Saúde. Igualmente, reajuste em 8% as pensões e rendas vitalícias que constituem encargos do Estado.

O Decreto que altera o Índice 100 da Tabela de Salários e Remuneração dos Militares dos Quadros Permanentes das Forças armadas de Defesa de Moçambique (FADM)

O Decreto que precede ao aumento de 8% para as remunerações dos militares dos quadros permanentes das Forças armadas de Defesa de Moçambique.

O Decreto que introduz alterações na Estrutura da Tabela Indiciária das Remunerações dos membros da Polícia da República de Moçambique (PRM).

As alterações introduzidas têm em vista adequá-la ao Sistema de Patentes e Postos previstos na Lei no 16/2013, de



Porta-voz do Conselho de Ministros, Alberto Nkutumula

13 de Agosto.

O Decreto que altera o Valor do Índice 100 da Tabela de Salários e Remuneração a aplicar aos membros da Polícia da República de Moçambique (PRM).

O Decreto que procede ao aumento de 8% para as remunerações dos membros da Polícia da República de Moçambique.

Temas apreciados:

A Proposta de Lei que aprova o Regime Específico de Tributação e de Benefícios Fiscais Aplicável à Actividade Mineira e revoga as Leis nos 11/2007 e 13/2007, ambas de 27 de Junho, a submeter à Assembleia da República;

A revisão visa, entre outros, clarificar a incidência do Imposto sobre a Produção Mineira, criar o Imposto sobre a Renda do Recurso Mineiro, actualizar as Taxas do Imposto sobre a Superfície e proceder à actualização da lista de bens que os empreendimentos mineiros podem importar com isenção de direitos aduaneiros;

A Proposta de Lei que aprova o Regime Específico de Tributação das Operações Petrolíferas e revoga a Lei no 12/2007, de 27 de Julho, a submeter à Assembleia da República;

A revisão visa estabelecer o Regime

Específico de Tributação e o Regime de Benefícios aplicáveis às operações petrolíferas, adoptar normas específicas em sede dos Impostos sobre Rendimentos para as operações petrolíferas e proceder à actualização da lista de bens que os empreendimentos petrolíferos podem importar com a isenção de direitos aduaneiros;

O Relatório da Visita de Trabalho do Primeiro-Ministro à República Unida da Tanzânia, de 24 a 27 de Abril de 2014, no âmbito das Celebrações do 50º Aniversário da União entre a República de Tanganyika e a República Popular de Zanzibar, formada a 26 de Abril de 1964;

O ponto de situação do Recenseamento Eleitoral;

O diálogo entre o Governo e a Renamo;

O ponto de situação da implementação do Fundo de Apoio à Reabilitação da Economia (FARE), de Setembro de 2013 a Março de 2014;

O processo de Matrículas e Abertura do Ano Lectivo de 2014;

O Lançamento da campanha da Colheita de Arroz no Regadio do Baixo Limpopo;

A 7ª Bienal de Jovens Criadores da CPLP.

Governo preocupado com a qualidade do ensino superior em Moçambique

Por Mavildo Pedro/ Moçambique



Imprimir maior dinamismo para o alcance da qualidade no ensino superior em Moçambique é a missão conferida aos novos membros do Conselho Nacional de Avaliação de Qualidade pelo Primeiro-Ministro, Alberto Vaquina. Na tomada de posse destes quadros, esta segunda-feira, o dirigente considerou ser crucial que haja articulação entre o ensino superior e o sector empresarial, tendo em conta as áreas fundamentais para o desenvolvimento rápido e sustentável do país.

Trata-se de Ana Nhampule, Presidente do Conselho Nacional de Avaliação de Qualidade do Ensino Superior (CNAQ), Nobre dos Santos, Cristina Tembe e Nuno António, membros deste Conselho, que deverão, nos próximos tempos, assegurar a qualidade do ensino superior em Moçambique.

No acto de empossamento dos membros do Conselho Nacional de Avaliação de Qualidade do Ensino Superior, o Primeiro-Ministro apelou os novos quadros a imprimirem maior dinâmica para o alcance da qualidade

no ensino superior nacional.

Alberto Vaquina explicou que cabe ao CNAQ garantir a implementação e supervisão do sistema nacional de avaliação, acreditar e garantir a qualidade do ensino em todas as instituições do ensino superior no país. “O governo preocupa-se com o ensino de qualidade, cada vez mais relevante, que constitua a verdadeira chave para a criação e consolidação de uma economia robusta e de um empresariado nacional dinâmico, facto que deve estar articulado com os planos de desenvolvimento nacional, regional e internacional”.

O Primeiro-Ministro referiu ser fundamental a existência de técnicos qualificados para responder aos desafios que o país enfrenta, esperando que a nova direcção do CNAQ imprima uma liderança dinâmica, capaz de permitir o alcance dos resultados que a instituição almeja, não só na melhoria da qualidade do ensino mas também na expansão da rede de ensino em Moçambique.

Na sua intervenção, a presidente do CNAQ, Ana Nhampule, comprometeu-se a contribuir para a melhoria do ensino superior, bem como para o desenvolvimento do país. “Espero continuar a desenvolver o meu trabalho na busca de melhores soluções para imprimir maior dinamismo e aumentar a qualidade do ensino superior em Moçambique”, disse Nhampule, acrescentando que “a qualidade é algo que a gente deve aspirar permanentemente, requer uma busca constante”.

Ficha Técnica



Propriedade do
Gabinete de Informação

Registo Nº11/GABINFO-DEC/2013

PERIODICIDADE: Semanal

DIRECTORA: Túnia Macuácuva - 82 98 84 677

EDITOR: Mendes José- 84 345 4000

REDACÇÃO:

Brígida da Cruz, Elisete Muiambo, Manuel Zavala, Mavildo Pedro

MAQUETIZAÇÃO: Jornal Moçambique

REVISÃO: Marcelino E. Mahanjane

MAPUTO, Av. Francisco Orlando Magumbwe Nº780

5º Andar - jornalmocambique@gmail.com

tel nº 21 49 02 09

www.portaldogoverno.gov.mz

MITRAB e Município de Maputo despertam jovens para iniciativas produtivas

Por Elisete Muiambo/ Moçambique

Jovens empreendedores e outras camadas sociais do Município de Maputo passarão a beneficiar de formação profissional ministrada pelo Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional (INEFP).

Para a materialização desta iniciativa, o Conselho Municipal de Maputo e o Ministério do Trabalho (MITRAB) assinaram, há dias, na capital do país, um memorando de entendimento, com o objectivo de preparar os jovens residentes nesta urbe para identificar e aproveitar as oportunidades que o mercado oferece.

A iniciativa insere-se nas acções de formação e visa preparar os jovens para o auto-emprego e mercado de emprego, no âmbito da implementação de projectos do Plano Estratégico para a Redução da Pobreza Urbana (PERPU).

Após a assinatura do memorando, a Ministra do Trabalho, Helena Taipo, disse tratar-se de uma parceria inovadora que prepara os jovens profissionalmente para o mercado de emprego, tendo em conta que a formação profissional é a chave para a sua auto-superação e constitui a participação activa para a vida sócio-económica.

“O sucesso do PERPU passa, necessariamente, pela preparação do jovem para identificar e aproveitar as oportunidades que o mercado oferece. A formação profissionalizante desempenha um papel importante, pois sem o saber-fazer, os munícipes têm poucas possibilidades de viabilizar o esforço do governo, sobretudo, na alocação de recursos financeiros para a promoção do emprego”, disse Taipo.

Helena Taipo explica igualmente que a iniciativa, que já abrangeu cerca de 750 jovens da cidade de Maputo, junta-se a outros projectos de formação na área de hotelaria e



turismo, como é o caso de “Moçambique Hospitaleiro” e o dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), incluindo Timor-Leste”, ambos financiados pela União Europeia.

O presidente do Município de Maputo, David Simango, salientou, por seu turno, que a componente formação focalizada no saber-fazer estará virada para os jovens que procuram o primeiro emprego, de modo a profissionalizá-los para melhor se inserirem no mercado de trabalho e no auto-emprego. O dirigente apontou que é por isso que decorre, no país, a revisão dos

currículos de formação profissional, para adequá-los às necessidades do mercado, que é cada vez exigente, através da introdução de novas áreas de formação.

A cooperação entre o Município de Maputo e o Ministério do Trabalho cria expectativas a vários níveis, “por isso queremos que este memorando sirva de catalisador para uma acção cada vez mais enérgica entre as partes, para a promoção do bem-estar dos munícipes e, deste modo, poder ser replicado pelo resto do país”, sublinhou Taipo.

**Leia e Divulgue
Moçambique**

Filipe Nyusi rende homenagem às vítimas do massacre de Homoíne

Por: Adilson Virgílio / GP-I'bane

No âmbito da visita que realizou à província de Inhambane, com o objectivo de divulgar o seu programa de governação a implementar, uma vez eleito, e colher subsídios para o seu enriquecimento, o candidato da Frelimo às eleições presidenciais de 15 de Outubro deste ano, rendeu homenagem às vítimas do massacre de Homoíne, ocorrido a 18 de Julho de 1987, uma acção perpetrada pela Renamo, durante o conflito armado de 16 anos.

Filipe Nyusi visitou a vala comum, no distrito de Homoíne, onde jazem 350 os corpos das vítimas do massacre, que causou a morte mais de quatrocentas pessoas.

Ainda em Homoíne, Nyusi orientou um encontro popular na aldeia de Chinjinguir onde reside a maioria dos combatentes da Luta de Libertação Nacional a nível da província.

Na sua intervenção, Filipe Nyusi afirmou que além de prestar homenagem a toda gente que perdeu vida no dia do massacre, vim para homoíne igualmente para lançar uma mensagem de paz; como moçambicanos, não queremos ouvir falar mais de barbaridade igual, porque não faz sentido que num momento que todos lutamos para o desenvolvimento do país, haja pessoas que tiram a vida de outros irmãos, somente para atingir o poder.

No mesmo encontro, Nyusi acrescentou que todos os cidadãos devem se engajar na luta pelo desenvolvimento do país e pela manutenção da paz, destacando que o moçambicano deve amar a paz, porque a paz e a democracia são indispensáveis para o exercício da democracia.

Sou pela continuidade

Filipe Nyusi abordou a questão da continuidade, avançado a necessidade de reforço da unidade nacional, como fez Eduardo Mondlane; destacou a defesa da integridade da



Candidato da Frelimo às eleições presidenciais, Filipe Nyusi

Independência, como fez o presidente Samora Machel, o proclamador da independência nacional; da necessidade de promover a paz e a concordância para evitar situações como o massacre de Homoíne, como sempre fez o presidente Joaquim Chissano.

“Por isso, começamos com esse nosso périplo pelo país, passando pelos locais onde nasceram esses três presidentes, nomeadamente, a aldeia de Mwadjahane, Chilembene e fomos a Malehice, como forma de buscar inspiração para dirigirmos o país”, acrescentou Nyusi.

Em Inhambane, Filipe Nyusi escalou sucessivamente os distritos de Zavala, Inharrime, Inhambane, Homoíne, Maxixe, Massinga e Morrumbene, com intuito de se apresentar ao eleitorado daquela província.

Em todos os locais por onde passou, Nyusi agradeceu o apoio prestado pela população da província, tendo apelado a população a se recensear.

Nyusi recebe bênção

Filipe Nyusi, filho de cristãos, dedicou o domingo para participar o culto na igreja Metodista Unida, Cargo Pastoral de Matingane, em Massinga,

onde recebeu bênção.

Os crentes desta congregação agradeceram a visita de Nyusi e manifestaram a sua satisfação, numa altura em que o país prepara-se para as eleições gerais e legislativas de 15 de Outubro próximo.

“É com a realização destas eleições que teremos a nobre tarefa de eleger aqueles que irão dirigir os destinos da nação moçambicana, da qual somos parte”, avançaram os crentes, na sua mensagem.

Os crentes explicaram ser tarefa primordial da igreja, pregar o Evangelho do Senhor a todos os povos, sendo que o Evangelho ensina e educa a todos para viverem em Amor, Fraternidade, num ambiente de harmonia e de Paz.

Os membros da igreja Metodista Unida em Moçambique, em geral, e da Massinga, em particular, estão envolvidos em actividades que vão de acordo com os programas traçados pelo governo moçambicano para a erradicação da pobreza, com destaque para acções ligadas à saúde, educação, agricultura, bem como projectos de desenvolvimento sócio-económico e cultural do país apontaram os crentes.



O sistema tributário moçambicano integra impostos directos e impostos

indirectos, actuando a diversos níveis, designadamente:

- a) Tributação directa dos rendimentos e da riqueza;
 - b) Tributação indirecta, incidindo sobre os níveis de despesa dos cidadãos.
- A tributação directa dos rendimentos na República de Moçambique faz-se

através dos seguintes impostos:

- Contribuição Industrial
- Imposto sobre os rendimentos do Trabalho (IRT)
- Imposto Complementar

O sistema de impostos sobre a despesa compreende o Imposto sobre o

Valor Acrescentado e o Imposto sobre Consumos Específicos.

O sistema tributário inclui ainda outros impostos e taxas específicas

nomeadamente:

- Contribuição Predial
- Contribuição de Registo
- Imposto de Turismo

Imposto sobre os Combustíveis

Impostos específicos sobre a produção de petróleo e prospecção e

exploração mineira

CONTRIBUIÇÃO INDUSTRIAL

Incidência

Lucros resultantes de uma actividade de natureza comercial ou industrial e

de actividades por conta própria não sujeitas ao Imposto Sobre os

Rendimentos do Trabalho.

Taxas

Agricultura e Pecuária

- 10% nos exercícios fiscais de 1998 a 2007, passando para 35% a partir do

exercício de 2008;

Outras actividades

- 35% Obrigatoriedade de apresentação de contas auditadas:

Contribuintes do Grupo A da Contribuição Industrial quando notificados

pela administração fiscal, investimento directo estrangeiro, empresas

estrangeiras e empresas em regime especial.

IVA - IMPOSTO SOBRE O VALOR ACRESCENTADO

Incidência

Transmissões de bens e prestações de serviços efectuadas no território

nacional, bem como importações de bens.

Taxas

A taxa aplicável é única, de 17%.

IMPOSTO SOBRE CONSUMOS ESPECÍFICOS

Este imposto foi introduzido paralelamente com o Imposto Sobre o Valor

Acrescentado.

Peritos e Sociedade Civil apresentam piores formas de trabalho infantil em Maputo

Os peritos da área laboral, através da Inspeção-Geral do Trabalho (IGT), outros sectores do Governo e Organizações da Sociedade Civil apresentam amanhã, em Maputo, as piores formas de trabalho infantil, naquilo que constituirá o fim de uma formação de capacitação sobre a matéria, que vinha decorrendo desde 5 de Maio, no âmbito da Semana do Trabalho Infantil em Moçambique.

Trata-se de uma iniciativa da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em parceria com os Ministérios do Trabalho e Emprego do Brasil e do Trabalho de Moçambique, visando munir os Inspectores de Trabalho de Moçambique de ferramentas de identificação e mitigação do trabalho infantil no local do trabalho.

Durante três dias estão a ser arrolados temas como a detecção do fenómeno de trabalho infantil por parte dos inspectores, e as respectivas estratégias, o papel da Comissão Nacional do Trabalho Infantil e as estratégias de aplicação, bem como os desafios enfrentados pela Inspeção do Trabalho em Moçambique no concernente ao fenómeno de trabalho infantil.

Trata-se de uma formação que constitui uma importante etapa de capacitação para os Inspectores, tendo em conta que o trabalho infantil vem ganhando contornos difíceis, do ponto de vista de constatações e definição do próprio conceito de "trabalho infantil" no nosso contexto, sobretudo, tendo em conta o papel da Inspeção-Geral de Trabalho na Monitoria e Supervisão laboral.

Cinco mil candidatos a emprego satisfeitos no 1º trimestre na Zambézia

Cerca de cinco mil candidatos a emprego foram contratados em diferentes áreas de actividade, desde empresas privadas ao sector público na província da Zambézia, durante o primeiro trimestre deste ano.

A Direcção Provincial do Trabalho, na Zambézia, indica que 4.985 cidadãos que foram absorvidos pelo mercado laboral, durante o período em referência, dos quais, cerca 1.873 foi por via de empresas privadas que operam em diversos sectores de actividade, com destaque para a agricultura, serviços e comércio, enquanto os outros 2.947 conseguiram emprego no sector público. Neste sector, a absorção de mão-de-obra foi maioritariamente para a Educação.

A crescente parceria público-privada na província deixa as autoridades laborais esperançosos de que a meta estipulada pelo Governo da Zambézia para a criação de empregos durante este ano será cumprida, tendo em conta que existem projectos económicos que vão permitir a criação de empregos, como é o caso do sector da indústria extractiva e agrícola.

A meta é criar 25.732 empregos, em toda a província da Zambézia, até ao fim deste ano.



Incidência

O Imposto Sobre Consumos Específicos incide sobre determinados bens, produzidos ou importados. De entre os bens sujeitos a este imposto destacam-se as bebidas alcoólicas, tabaco e veículos automóveis.

Taxas

As taxas variam de 20% a 75%.

IMPOSTO COMPLEMENTAR

O Imposto Complementar incide sobre:

As mais-valias ou ganhos obtidos por alienação onerosa de partes sociais, incluindo amortização;
Rendimentos da aplicação de capitais, desde que produzidos no país;
Rendimento global das pessoas singulares, com exclusão dos rendimentos abrangidos pelo Imposto Sobre os

Rendimentos do Trabalho - Secção A, desde que os seus titulares sejam residentes no país.

As taxas de Imposto Complementar aplicáveis ao rendimento global das pessoas singulares variam de 8% a 40% de

acordo com o valor do rendimento.

Rendimento Colectável

(Valor em contos) Taxas Parcela a abater (A) (B) (C) Até 10.000,00 De 10.000,01 a 150.000,00 De 150.000,01 a 40.000,00 até

80.000,00 275.500.000,00 Além de 80.000,00 4015.900.000,00

Para o caso dos restantes rendimentos aplicar-se-á a taxa de 18%.

IMPOSTO SOBRE OS RENDIMENTOS DO TRABALHO

Imposto sobre os Rendimentos do Trabalho - Secção A

São sujeitos ao IRT-A:

Aqueles que prestem serviços profissionais por conta de outrém
Os que prestem serviços remunerados a título independente ou em regime de avença

Taxas

1. Trabalhadores nacionais e estrangeiros residentes de 10% a 20%;

2. As remunerações acidentais e de trabalho independente são tributadas em 15% até 9 milhões de meticais e 20%

sobre o excedente (ex: trabalho em regime de avença);

3. Os rendimentos auferidos por trabalhadores não residentes ficam sujeitos à taxa liberatória de 20%.

Rendimento Taxas % Parcela a abater De 600 001 Mt a 2.400 000 Mt 10% 60.000 De 2.400 001 Mt a 9.600.000

Mt 15% 180.000 A partir de 9.600.000 Mt 20% 660.000

SEGURANÇA SOCIAL

São abrangidos pelo Sistema de Segurança Social:

Os trabalhadores assalariados nacionais e estrangeiros residentes;
Os familiares a cargo dos trabalhadores previstos no ponto anterior;
Outras categorias de trabalhadores.

A inscrição no sistema de segurança social dos trabalhadores e respectivas entidades empregadoras é obrigatória.

Taxas

7%, sendo 4% pagos pela entidade empregadora e 3% pelo trabalhador.

PARA TORNAR A EDUCAÇÃO PROACTIVA

É preciso combater a desistência da rapariga do ensino

Por: Elisete Muiambo/Moçambique

Numa altura em que o mundo reflecte sobre “Os mesmos direitos, as mesmas oportunidades. Educação Inclusiva para as crianças com deficiência”, o Ministério da Educação (MINED) empenha-se em formar professores para identificar e atender as crianças com deficiência na sala de aula, contando, actualmente, com três centros regionais. Por isso, o governo reafirma o seu compromisso de assegurar a educação básica para todos os cidadãos, independentemente das suas condições físicas, mentais, sociais e políticas.

Esta revelação foi feita pelo Vice-Ministro da Educação, Arlindo Chilundo, no decurso do lançamento da Semana de Acção de Global de Educação para Todos, que mundialmente decorre sob o lema “Os mesmos direitos, as mesmas oportunidades. Educação Inclusiva para as crianças com deficiência”.

No evento, o governante reafirmou o compromisso do governo de assegurar uma educação básica para todos, empenhando-se no fortalecimento da capacidade institucional, com enfoque nos níveis provincial, distrital e escolas, através da capacitação de gestores e administradores de educação, com vista a garantir um sistema de educação inclusivo para as crianças com deficiência.

No seu décimo quarto ano em que reassume o compromisso de assegurar educação de qualidade para todos, à semelhança dos outros mais de 100 países, Moçambique reacende a sua confiança de tudo fazer para a melhorar continuamente o acesso à educação de qualidade e inclusiva que dê particular atenção às raparigas, crianças e mulheres vulneráveis até 2015.

Foi nesse contexto que Arlindo Chilundo desafiou a comunidade educativa, políticos, órgãos de comunicação social e o público, em geral, para a necessidade de tudo fazer para garantir um sistema educativo inclusivo, sobretudo, reflectir sobre as

assimetrias existentes no acesso global à educação, compreender as consequências das desigualdades e adoptar uma atitude proactiva com vista inverter o cenário.

Mais do que cumprir a implementação dos Objectivos do Milénio, o MINED continuará a lutar para alcançar a aposta de eliminar, principalmente, a correlação directa que existe entre a pobreza e o analfabetismo, removendo esses obstáculos através de acções que facilitem o acesso à educação, saúde e alimentação básica em zonas onde as condições agras-ecológicas locais o exigem.

O MINED tem como desafio assegurar que o aumento dos efectivos escolares seja acompanhado pela melhoria da qualidade de ensino, daí a necessidade de continuar a melhorar o rácio aluno/ professor, aperfeiçoamento do apoio e supervisão do Processo de Ensino e Aprendizagem (PEA). “A construção de mais salas de aula, a formação e o recrutamento de mais professores sensíveis às necessidades específicas são também desafios importantes para a educação inclusiva e melhoria da qualidade de ensino”, sublinhou o governante.

O analfabetismo associado às persistentes desistências e abstenções nos primeiros sete anos de escolaridade, colocando um número considerável de crianças fora da escola constituem, em primazia, prioridades do governo, dada a sua importância para a redução da pobreza.

Para o presidente do Movimento de Educação para Todos (MEPT), Reinaldo Sive, desde 2006, o acesso à educação é um dos pilares para a integração do cidadão na sociedade, por isso, deve ser garantido a todos, sem nenhum tipo de discriminação.

“Se uma criança tiver deficiência, o professor tem que ser capaz de integrar todas as crianças em iguais



Vice-Ministro da Educação, Arlindo Chilundo

circunstâncias e assegurar que elas gozem dos mesmos direitos no Processo de Ensino e Aprendizagem. É esse o preceito da educação inclusiva. Todas as crianças vão sentir o interesse, cuidado do professor e ele próprio acreditar que vai prepará-las para serem cidadãos proactivos e úteis na sociedade”, explicou Reinaldo Sive.

A Campanha Global pela Educação é uma coligação internacional de organizações não- governamentais, sindicatos, instituições escolares e movimentos sociais, empenhada na promoção do direito à educação e surgiu em 1999, com o propósito de exigir aos governos o acesso e o usufruto do direito à educação para todos.

Reclama que se ponham em prática todas as declarações que emergiram de fóruns e cimeiras internacionais. Em Moçambique, o Movimento de Educação para Todos é implementado por uma plataforma de organizações da sociedade civil. à Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos, relativo aos Direitos da Mulher em África (2005) e ao Protocolo da Comunidade para o desenvolvimento da África Austral (SADC) sobre Género e Desenvolvimento (2010).

Moçambique e Angola assinam protocolos de cooperação

Representantes de meios de comunicação social públicos de Moçambique e de Angola assinaram acordos de cooperação para o melhoramento e partilha dos conteúdos produzidos nos dois países.

Falando a jornalistas, Director do Gabinete de Informação (GABINFO) Ezequiel Mavota, explicou que os acordos assinados procuram soluções para uma comunicação social que tenha em conta a história, o passado comum e a irmandade entre povos dos dois países.

Mavota referiu ser necessário

reduzir o uso de fontes de informação estrangeiras no continente, privilegiando que notícias referentes aos países africanos sejam disponíveis de forma eficiente, através da partilha de conteúdos.

A visita que a delegação angolana da área de comunicação social realizou ao país, durante a semana finda, serviu para reforçar a cooperação nos domínios de conteúdos, formação profissional, entre outros.

O director do Gabinete de Informação de Angola, Higinio Piedade, explicou, por seu turno, que do ponto de vista jurídico, a cooperação entre os dois países iniciou em 2007, acrescentando que estão já

identificadas as áreas para colaboração entre os dois países, nomeadamente, formação profissional, assistência técnica, troca de experiências, intercâmbio de programas e ideias.

Os protocolos assinados vão permitir que os profissionais dos dois países beneficiem de formação no processo de digitalização, troca de conteúdos entre as televisões públicas, com destaque para o desporto, legislação, comunicação institucional, aproveitamento de capacidades e cooperação entre agências de informação.

Ministra dos Recursos Minerais recebe delegação Alemã de Freiberg

A Ministra dos Recursos Minerais, Esperança Bias, manteve recentemente um encontro de cortesia com uma delegação alemã, chefiada pelo Chefe da Autoridade Mineira do Estado Federado de Saxónia e Professor Catedrático da Universidade Freiberg, Bernhard Kramer.

A visita da delegação alemã a Moçambique surge no âmbito do seguimento da visita efectuada pela Ministra dos Recursos Minerais ao Estado de Saxónia e a Universidade Técnica de Freiberg, em Setembro do ano passado.

A seguir à visita da Ministra dos Recursos Minerais uma equipa técnica chefiada pelo Inspector-Geral do Ministério dos Recursos Minerais visitou a cidade mineira de Freiberg, Saxónia, com objectivo de, em parceria com o Centro de Geocompetências da Saxónia, elaborar a proposta de qualificadores profissionais para as áreas de inspecção dos recursos minerais tomando como base a realidade da indústria extractiva em Moçambique.



Para dar continuidade a este propósito, uma delegação alemã encontra-se em Moçambique para trocar experiências com inspectores do Ministério dos Recursos Minerais, num workshop, que vai permitir à delegação daquele país europeu ter uma visão real da situação de inspecção em Moçambique.

A Universidade Freiberg é uma das mais antigas do mundo a leccionar conteúdos da área mineira e alguns dos poucos

engenheiros que Moçambique tem foram formados nesta instituição de ensino.

No âmbito desta cooperação, prevê-se a ida a Alemanha, de 10 estudantes moçambicanos, em Outubro próximo, onde irão frequentar cursos de Geociências, marcando, assim, o reinício da cooperação entre Moçambique e Alemanha neste domínio.

Reduz degradação de recursos naturais em Inhambane

Por: Adilson Virgílio / GP-I'bane

Acções de sensibilização da população, formação de líderes comunitários e atribuição alternativa de trabalho para evitar queimadas descontroladas e caça furtiva levadas a cabo pelo governo, nos últimos anos, estão a contribuir para a redução dos níveis de degradação de recursos naturais na província de Inhambane, explicou o director provincial para a Coordenação da Acção Ambiental, Diogo Borges.

O director falava à margem do Segundo Conselho Coordenador do sector, realizado semana finda, em Massinga.

O dirigente apontou a capacitação de 1.500 líderes comunitários em matéria de prevenção e combate às queimadas descontroladas e distribuição de material para o desenvolvimento de apicultura, como forma de desencorajar a prática de queimadas, como sendo algumas das acções que contribuíram para a redução da degradação dos recursos naturais na província.

Como resultado destas medidas, Diogo Borges referiu que a província reduziu igualmente os focos das queimadas descontroladas, que caracterizavam alguns distritos.

Para mitigar os efeitos da erosão nos distritos de Inhassoro e Homoine, Borges referiu que o governo provincial construiu valas de drenagens para o escoamento das águas pluviais.

No que diz respeito ao Uso e Aproveitamento da Terra, o dirigente adiantou que o sector elaborou 44 instrumentos de ordenamento territorial, entre planos distritais de Uso de Terra e Planos de Pormenores e demarcação de talhões.

O Conselho Coordenador da Direcção Provincial de Acção Ambiental fez o balanço das actividades do sector referente ao período 2010- 2014, com destaque para o plantio de 4 milhões de árvores diversas, parte das quais em cumprimento da iniciativa presidencial



Director provincial para a Coordenação da Acção Ambiental, Diogo Borges

Um Aluno, Uma Planta.

Em cumprimento da Directiva Presidencial "UM LÍDER, UMA FLORESTA", um documento a que nossa reportagem teve acesso indica que foram criadas mais de 3 mil florestas comunitárias na província, durante o mesmo período.

Como forma de minimizar os problemas ambientais na província, o sector levou a cabo igualmente programas de capacitação, tendo sido treinados 4 mil técnicos em matéria de gestão de recursos naturais, dos quais 724 educadores ambientais, 1.671 líderes comunitários, 398 membros de Conselhos Consultivos. Foram igualmente capacitados administradores e secretários permanentes distritais, 35 membros do governo provincial, 91 membros do governo distrital e 1.250 membros de clubes e associações, bem como Comitês de Gestão de Recursos Naturais.

O Conselho Coordenador avaliou igualmente o grau de cumprimento do Programa Quinquenal do Governo, nos últimos 4 anos, na componente ambiental, apresentou as principais linhas de orientações

de acções a serem realizadas na área de Gestão dos Recursos Naturais e discutiu os mecanismos de integração e implementação da Agenda Ambiental nos Planos e Programas Sectoriais e dos Governos Distritais.

Participaram do encontro, membros do Conselho Consultivo da Direcção Provincial para a Coordenação da Acção Ambiental, directores dos Serviços Distritais de Planeamento e Infra-estruturas, delegação do Instituto Nacional de Gestão de Calamidade e as Direcções Provinciais de Recursos Minerais e Energia, Saúde, Obras Públicas e Habitação, Plano e Finanças, Educação e Cultura e da Agricultura.



Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

Celebrou-se, na passada segunda-feira, 05 de Maio, o Dia da Língua Portuguesa e da Cultura na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

É o quarto ano consecutivo que os países da CPLP comemoram esta data, instituída a 20 de Julho de 2009, por resolução da XIV Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da organização, realizada na Cidade da Praia, Cabo Verde. A decisão fundamenta-se no facto de a língua portuguesa constituir, entre os povos da comunidade, “um vínculo histórico e um património comum resultantes de uma convivência multissecular que deve ser valorizada”.

Em diversas cidades onde o Dia da Língua Portuguesa e da Cultura na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa vai ser assinalado, as celebrações, que assumem expressões diversas, são organizadas conjuntamente pelas embaixadas e representantes dos países da CPLP aí presentes.

Pela celebração da data, o “Jornal Moçambique” traz, nesta edição, um historial da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, esta organização transcontinental que congrega países que usam a língua portuguesa como expressão de comunicação.

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, ou simplesmente CPLP, de que Moçambique faz parte, é uma organização internacional formada por países lusófonos, que busca o “aprofundamento da amizade mútua e da cooperação entre os seus membros”. A sua sede fica em Lisboa, Portugal, e seu actual Secretário Executivo é o moçambicano Murade Isaac Murargy.

A organização promove a data de 5 de Maio como Dia da Língua Portuguesa e da Cultura, celebrado em todo o espaço lusófono, e os Jogos da CPLP, evento desportivo que reúne todos os membros da organização.

A CPLP foi criada em 17 de Julho de 1996 por Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe. No ano de 2002, após conquistar independência, Timor-Leste foi acolhido como país integrante. Actualmente, são oito os países integrantes da CPLP.

Apesar da iniciativa, a CPLP é uma organização recente que busca pôr em prática os objectivos de integração dos territórios lusófonos. Em 2005, numa reunião em Luanda, Angola, a CPLP decidiu que no dia 5 de Maio seria comemorado o Dia da Cultura Lusófona pelo mundo.

No decorrer da VI Conferência de Chefes de Estado e de Governo realizada em Bissau em Julho de 2006, foram admitidos como dois observadores associados: a Guiné Equatorial e as Maurícias. Na Cimeira de Lisboa, que teve lugar no dia 25 de Julho de 2008, foi a vez da formalização da admissão do Senegal como observador associado.

A CPLP é formada por oito Estados soberanos cuja língua oficial ou uma delas é o português. Eles estão espalhados por todos os cinco continentes habitados da Terra, uma vez que há um na América, um na Europa, cinco em África e um transcontinental entre a Ásia e a Oceânia. São eles: a República de Angola, a República Federativa do Brasil, a República de Cabo Verde, a República da Guiné-Bissau, a República de Moçambique, a República Portuguesa, a República Democrática de São Tomé e Príncipe e a República Democrática de Timor-Leste.

Além dos membros plenos e efectivos, há três observadores associados que são a República da Guiné Equatorial, a República de Maurícia e a República do Senegal. Todos os três localizam-se no continente africano, mas apenas um tem o português como língua oficial, a Guiné Equatorial.

Quando a CPLP foi formada, a Guiné Equatorial pediu o estatuto de observador da organização. A Guiné Equatorial foi uma colónia portuguesa entre os séculos XV e XVIII, tem alguns territórios onde as línguas crioulas baseadas no português são faladas, além de conexões culturais e históricas com São Tomé e Príncipe e Portugal. Além disso, o país recentemente cooperou com os países africanos de língua portuguesa e o Brasil projectos educacionais. Na cúpula da CPLP de Julho de 2004, em São Tomé e Príncipe, os Estados-membros concordaram em alterar o estatuto da comunidade para aceitar países como observadores associados. A entrada plena da Guiné Equatorial está em discussão. Em Junho de 2010, a Guiné Equatorial pediu para ser admitida como membro pleno. Na sua oitava cúpula em Luanda, Angola, em Julho de 2010, a CPLP decidiu abrir negociações formais com a Guiné Equatorial sobre a sua adesão plena à organização.

Fonte: www.jornalnoticias.co.mz/www.cplp.org

Curiosidades

As mãos

Ainda no passado 5 de Maio comemorou-se o Dia Mundial de Higienização das Mãos.

A data foi definida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para que todos os serviços de saúde possam desenvolver, localmente, acções que reforcem a higiene das mãos como medida primordial para a prevenção e controle das infecções relacionadas à assistência à saúde (IRAS).

A mão é a parte final de cada extremidade superior (ou braço), principalmente nos mamíferos primatas e bípedes, mas também se usa esse termo e os nomes de muitos dos seus constituintes para designar os órgãos equivalentes em muitos vertebrados (as extremidades dos membros anteriores) e mesmo em alguns invertebrados, como nas pinças de alguns artrópodes, como os caranguejos.

A mão divide-se geralmente em três regiões: carpo, metacarpo (os ossos da palma da mão) e dedos.

Tal como nos restantes órgãos pares, as mãos são simétricas.

As mãos também envelhecem e perdem o brilho e elasticidade de sua pele. Para que isso não aconteça, devemos cuidar das mãos com bastante atenção.

O dorso das mãos tem a pele fina, delicada e com pouca quantidade de glândulas sebáceas, o que as torna muito sensíveis à desidratação. As mãos são bastante sensíveis a mudanças bruscas de temperatura e de agentes agressores que afectam sua maciez.

Ao contrário de outras partes do corpo, as mãos não podem contar com cirurgias plásticas para reparar a acção do tempo. Por tudo isso, é extremamente importante cuidar diariamente das mãos.

Fonte: www.anvisa.gov.br/www.belezaesaude.com4